



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Apresentação: 16/12/2025 21:28:50.220 - Mesa

PL n.6480/2025

PROJETO DE LEI Nº, DE 2025

(Do Sr. Capitão Alden)

Dispõe sobre o conceito de período diurno para fins de cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão, reforça a proteção ao repouso noturno, à inviolabilidade domiciliar e à dignidade de terceiros não investigados, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 245-A:

“Art. 245.....

.....

Art. 245-A. Para fins de cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão ou ingresso forçado em domicílio, considera-se período diurno aquele compreendido entre 6h (seis horas) e 20h (vinte horas), desde que haja luminosidade natural suficiente, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção ao repouso familiar e da inviolabilidade do domicílio.

§ 1º É vedado o cumprimento de mandado judicial em período de repouso noturno quando houver presença previsível de terceiros não investigados, especialmente crianças, idosos, pessoas com deficiência ou enfermos, salvo nas hipóteses de:

I – flagrante delito;

II – risco concreto e imediato à vida;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Apresentação: 16/12/2025 21:28:50.220 - Mesa

PL n.6480/2025

III – situação emergencial devidamente caracterizada.

§ 2º A autorização judicial para cumprimento de mandado fora do período definido no caput exigirá decisão judicial fundamentada de forma específica, com indicação expressa:

I – da urgência concreta da medida;

II – do risco à eficácia da diligência caso realizada em horário regular;

III – da inexistência de meio alternativo menos gravoso à intimidade e ao repouso domiciliar.

§ 3º A ausência de fundamentação específica nos termos do § 2º acarretará a nulidade da diligência, sem prejuízo da responsabilidade funcional, civil e penal do agente público, quando cabível.

.....”NR

Art. 2º A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 22-A:

“Art. 22.....

.....

Art. 22-A. O disposto nesta Lei quanto aos limites horários para caracterização do crime de abuso de autoridade não afasta a observância das garantias constitucionais e processuais relativas à inviolabilidade do domicílio, à proteção do repouso noturno e à dignidade da pessoa humana, nos termos do Código de Processo Penal.

.....”NR

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa tem por finalidade conferir maior precisão normativa ao conceito de período diurno para fins de cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão, bem como reforçar a proteção constitucional ao repouso noturno, à inviolabilidade do domicílio e à dignidade de terceiros não investigados, sem comprometer a atuação legítima das forças de segurança pública.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XI, estabelece que “a casa é asilo inviolável do indivíduo”, somente permitindo o ingresso forçado em hipóteses excepcionais, dentre elas o cumprimento de mandado judicial durante o dia. Ocorre que, apesar da clareza do comando constitucional, o ordenamento jurídico infraconstitucional não define de forma objetiva o que se entende por “período diurno”, abrindo espaço para interpretações elásticas, insegurança jurídica e violações desnecessárias de direitos fundamentais.

Na prática, essa lacuna normativa tem permitido o cumprimento de mandados em horários incompatíveis com a preservação do repouso familiar, inclusive durante a madrugada ou em momentos de manifesta vulnerabilidade dos ocupantes do domicílio, especialmente quando há presença previsível de crianças, idosos, pessoas com deficiência ou enfermos, que não são alvos da investigação.

O projeto busca sanar essa omissão ao fixar critério objetivo e razoável, estabelecendo como período diurno o intervalo entre 6h e 20h, desde que haja luminosidade natural suficiente, em consonância com padrões já consolidados no direito comparado, na doutrina e na jurisprudência, além de refletir o senso comum de normalidade social e respeito à rotina familiar.

Importante destacar que a proposta não engessa nem inviabiliza a atividade policial. Ao contrário, preserva integralmente as hipóteses constitucionais e legais de ingresso forçado em situações de flagrante delito, risco concreto e imediato à vida ou emergência devidamente caracterizada, assegurando que a atuação estatal continue eficaz quando realmente necessária.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Ao exigir decisão judicial especificamente fundamentada para o cumprimento de mandado fora do período regular, o projeto reforça o dever constitucional de motivação dos atos judiciais (art. 93, IX, da Constituição Federal), promovendo maior controle, transparência e responsabilidade institucional, além de proteger o próprio agente público de ordens genéricas ou excessivamente amplas.

A previsão expressa de nulidade da diligência quando ausente fundamentação específica não tem caráter punitivo, mas pedagógico e garantista, voltado à preservação do devido processo legal, da legalidade estrita e da confiança da sociedade nas instituições de Justiça e Segurança Pública.

Por fim, a alteração proposta na Lei nº 13.869, de 2019 (Lei de Abuso de Autoridade), tem o objetivo de harmonizar a legislação infraconstitucional, deixando claro que os parâmetros ali previstos não afastam a observância das garantias constitucionais e processuais relativas à inviolabilidade do domicílio e à proteção do repouso noturno, evitando interpretações restritivas ou conflitantes.

Trata-se, portanto, de iniciativa legislativa equilibrada, constitucionalmente adequada e socialmente necessária, que fortalece o Estado de Direito, protege cidadãos inocentes de exposições desnecessárias e confere maior segurança jurídica à atuação judicial e policial.

Diante do exposto, conclama-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN

